

REUNIÃO DE DIRETORIA

Nr. 10 - 05/10/2021 CNPJ: 05.077.787/0001-03

Data	Local	Início	Término
05/10/2021	Virtual – Plataforma Zoom	18:00 h	19:30h

Pauta
1) Visitas aos assentamentos da Fazenda Sálvia; O Presidente Guilherme Cunha Costa apresentou aos diretores a ideia de visitarmos acampamentos e assentamentos da Fazenda Sálvia, com o objetivo de unir forças em prol da Regularização Fundiária. Informou que já tivemos uma reunião com o Movimento de Apoio aos Trabalhadores Rurais – MATR, mas que devemos ampliar nossos contatos com os movimentos sociais existentes na Fazenda Sálvia. A diretoria concordou com as visitas e levantaram 6 (seis) assentamentos como foco das primeiras visitas a serem realizadas, onde os diretores formarão duplas e cada dupla visitará dois assentamentos, levando como material de apoio nosso material de apresentação institucional. O foco das visitas é apresentar nossa Associação e andamento do Processo de Regularização, mencionando os avanços já realizados, como a assinatura dos Acordos de Cooperação Técnica – ACTs, sempre deixando claro que não podemos renunciar à legalidade. As visitas foram organizadas para serem realizadas até o dia 23/10/2021, onde no dia 26/10/2021 será realizada uma reunião para alinhamento das impressões obtidas. Os assentamentos a serem visitados serão: os dois assentamentos da 257, o assentamento da Marisa e da 330 e os dois assentamentos do Córrego do Arrozal.
2) Propriedade da Fazenda Sálvia; O Sr. Guilherme Cunha Costa explicou de forma breve as dificuldades que tivemos em dar andamento no Processo de Regularização com a Secretaria do Patrimônio da União - SPU, onde, para não ficarmos estagnados, buscamos alternativas como o Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura - IICA, Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – INCRA, organismos internacionais e Secretaria de Economia do Distrito Federal, onde tivemos um bom “acolhimento” pelo Secretário de Economia Sr. André Clemente. Tivemos 3 reuniões com o Sr. André Clemente e sua equipe, e durante o andamento das reuniões, nos deparamos com um acordo realizado entre União a Terracap, por volta dos anos 70, onde a União deveria anexar ao patrimônio da Terracap as áreas rurais que a União tem no Distrito Federal. O Presidente da ABPRU esclareceu que a União possui uma sociedade no Distrito Federal com a Terracap, onde todo ano a Terracap deve destinar 49% do seu lucro para a União e 51% para o GDF, entretanto, a Terracap parou de mandar os dividendos para a União. A Terracap assumiu essa dívida, mas informou à União que as áreas rurais não foram incorporadas ao seu patrimônio, portanto o acordo não foi cumprido. De forma resumida, devido a essa situação, a impressão que temos é que a SPU está mais interessada em passar a área da Fazenda Sálvia para a Terracap, do que dar andamento no Processo de Regularização. Ciente dessa circunstância, fizemos uma visita ao Presidente da Terracap e tivemos conversas institucionais com a Senadora Leila Barros, com o objetivo de criar alternativas para que o processo ande.

O Sr. Guilherme Cunha Costa esclareceu que, se a SPU transferir a Fazenda Sálvia para a Terracap, o processo de Regularização se tornará mais demorado, portanto, estamos apresentando como solução um convênio entre SPU, Terracap e Secretária de Economia, pois é mais vantajoso para todos que o Processo de Regularização se inicie agora e depois seja decidido o que deve ser feito com o montante arrecadado.

3) Realização de Seminários;

O Presidente da ABPRU apresentou a ideia de voltarmos a realizar seminários. Informou que em 2020 foram realizados 3 (três) seminários onde conseguimos atingir os objetivos desejados, portanto, essa pode ser uma ferramenta de convencimento e obtenção de informações para realização da Regularização Fundiária da Fazenda Sálvia.

O Sr. Miguel Zuvanov corroborou com a ideia do Presidente Guilherme Cunha, e complementou dizendo que essa é uma ação importante para demonstrar que estamos buscando alternativas de dar andamento no processo.

A Sra. Leila Correa complementou mencionando a importância dos seminários para darmos oportunidade de aproximação e inclusão dos movimentos sociais existentes na Fazenda Sálvia, proporcionando visibilidade do nosso interesse em realizar a Regularização Fundiária da Sálvia.

O Sr. Arnaldo Sisson pediu que o presidente explicasse como se daria essa parceria entre SPU, Terracap e Secretária de Economia e como o seminário ajudaria nesse sentido.

O Sr. Guilherme Cunha Costa esclareceu que o seminário é importante pois pode se tornar uma ferramenta de termos retorno para as solicitações feitas. Informou que acredita nessa parceria entre SPU e Secretária de Economia, pois eles já possuem uma correlação, onde uma é maior que a outra, mas dentro do mesmo viés. Complementou informando que a SPU está alocada no Ministério de Economia, e a Secretaria de Economia é também uma secretaria de Gestão de Ativos.

De comum acordo de todos, ficou decidido que iremos avançar para realizar os seminários.

4) Sistema de fiscalização.

O Presidente Guilherme Cunha Costa trouxe novamente o assunto para avaliação da diretoria, pois entende como necessário a implementação de um sistema de vigilância e monitoramento da Fazenda Sálvia, por dois pontos: proporcionar segurança para os habitantes e proprietários da Sálvia e demonstração de prestação de serviços da nossa entidade, que pode atrair novos associados.

Informou que visitou o sistema da Colina, que é feito através de postes com câmeras abastecidas por energia solar. Esclareceu que podemos fazer algo similar, dentro de um orçamento viável para a ABPRU, onde apesar de não termos a informação on-line 24 horas por dia, teríamos a gravação feita 24 horas por dia.

Complementou dizendo que deveríamos ter um funcionário responsável por esse processo, disponível para os associados entrarem em contato e tomar as providências necessárias. Esse funcionário teria uma jornada de 8 horas.

A ABPRU venderia aos interessados o serviço de gravação da câmera e caso necessário, algum tipo de socorro. Complementou esclarecendo que, caso o chamado seja realizado fora da jornada de trabalho do funcionário, o atendimento será cobrado como hora extra, que deverá ser pago pelo associado que entrar em contato com o funcionário solicitando o deslocamento até a área do chamado.

O Sr. Arnaldo Sisson demonstrou uma preocupação com os equipamentos, no sentido de serem roubados ou vandalizados. O Sr. Guilherme Cunha Costa corroborou com essa preocupação, mas esclareceu que a

partir do momento que esses equipamentos possuem câmeras, as pessoas se sentem mais retraídas de cometer vandalismos contra esses equipamentos, mas que uma das propostas, é alugarmos esses equipamentos.

O Sr. André Teixeira perguntou se esse investimento seria abatido na hora da aquisição da terra, o Sr. Guilherme Cunha Costa informou que a partir do momento que for formalizado um convênio, certamente uma parte dessas despesas poderão ser abatidas no momento da compra, mas atualmente não temos a condição dessa compensação ser realizada.

O Sr. André Teixeira perguntou se temos o levantamento de qual seria o investimento para implementação desse sistema de segurança. O Presidente Guilherme Cunha Costa informou que realizamos um levantamento primário, onde o investimento seria em torno de R\$ 73.000,00 (setenta e três mil reais) para colocarmos 10 postes com 30 câmeras, e para alugar os equipamentos, seria cerca de R\$ 3.000,00 (três mil reais) por mês. Esclareceu ainda que o valor não foi discutido, portanto, é possível buscar formas de abaixar esse valor. Ressaltou ainda que quanto mais pessoas interessadas tivermos, mais barato seria para cada um e que essa foi apenas uma pesquisa inicial de orçamento.

5) Assuntos Gerais.

O Presidente Guilherme Cunha Costa informou que a lei 14.011 que possibilita que a Regularização Fundiária seja feita através de recursos privados é uma lei federal, portanto, se a área for transferida para a Terracap, não poderíamos aproveitar essa lei, o que seria uma enorme perda para a União, pois ela não colocará em prática uma lei que foi muito bem elaborada e é um paradigma internacional.

Finalizou a reunião informando que o mandato final da atual diretoria finaliza dia 31 de dezembro de 2021, portanto, iremos começar a nos preparar para a eleição da futura diretoria da ABPRU, que deverá ocorrer em novembro.

Ficou marcado uma reunião dia 26/10/2021 onde os diretores trarão a impressão das visitas aos assentamentos, e o presidente apresentará de forma mais consolidada as informações referentes ao sistema de fiscalização.

Assinaram a lista de presença de forma virtual: Alaíde Soares, André Teixeira, Arnaldo Sisson, Eduardo Fayet, Flávio Reinehr, Guilherme Cunha Costa, Leila Correa, Miguel Zuvanov, Stephanny Gonçalves.

Guilherme Cunha Costa
Presidente

Miguel Zuvanov
Dir. Administrativo e Financeiro